

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, na presente edição, traz ao leitor importantes reflexões e resultados de pesquisas que abarcam temas de interesse para as Ciências Humanas, especificamente as Ciências Sociais Aplicadas. Nesse sentido, David Sanchez Rubio propõe discutir a imigração e o tráfico de pessoas à luz dos Direitos Humanos. É apresentada uma crítica que incide na prevenção ao delito e na valorização dos Direitos Humanos. Por outro lado, no âmbito dos estudos medievais relativos às questões jurídicas, Damien Carraz analisa o exercício da justiça temporal por parte das Ordens Militares. Tendo em vista “o caso dos dois senhorios templários de Lansac e de Montfrin e as comparações oferecidas pela importante jurisdição hospitalária de Manosque”, o autor examina as questões jurídicas vinculadas controle social empreendido pelos irmãos das Ordens Militares.

Carlos Frederico Marés de Souza Filho, por sua vez, coloca em discussão a Lei 12.651/12. Substituindo o Código Florestal Brasileiro de 1965, a lei citada pretende abranger diversas situações territoriais, de ocupação e uso da terra. Tendo isso em vista, o autor, analisa suas diferentes aplicações, assim como suas consequências práticas e jurídicas. Ainda tendo como foco de estudo a ocupação e o uso de terras no Brasil, especificamente a partir da lei de terras de 1850 e de seu regulamento datado de 1854, Claudio Grande Junior reflete a respeito das consequências dessa legislação, particularmente a “ocultação de parte considerável de terras devolutas”.

Gustavo Bussmann Ferreira e Katya Kozicki examinam as características e as especificidades da resolução de conflitos na Ruanda contemporânea. Tendo como pano de fundo o regime democrático e o novo constitucionalismo ruandês, os autores discutem temas relativos à alteridade e à aceitação do diferente.

Daniela Braga Paiano e Gabrielly Paiano Silveira contrapõe os chamados períodos Medieval e Moderno a partir da ascensão da ideia de individualidade. Esta estaria ligada, entre outras coisas, aos anseios dos indivíduos quanto ao Estado. Assim, as autoras apontam a importância das ações coletivas como meio de acesso a justiça e como índice da necessidade de um retorno às ideias de coletividade.

Em licitações sustentáveis: da inadequação da Lei 8666/93 às inovações

apresentadas pelo regime diferenciado de contratações públicas e pelo Projeto de Lei 559/2013 do Senado, Vinicius Diniz e Almeida Ramos e Romeu Thomé tratam da implementação das licitações sustentáveis no âmbito da Administração Pública, fazendo uma análise do tratamento que a Constituição da República de 1988 dispensa ao meio ambiente. Em seguida, refletem sobre as Leis 8.666/93 e 12.462/2011 e analisam-se os dispositivos do Projeto de Lei 559/2013 do Senado, que tramita no Congresso Nacional e que objetiva instituir uma nova lei geral de licitações e contratações públicas.

Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega e Daniel Gonçalves Diniz fazem importante reflexão sobre o direito e a universidade à luz de uma perspectiva pluralista epistemológica. Para os autores, direito e universidade, como instituições, criações humanas, retiram sua razão de ser, sua legitimidade, de seu papel na dinâmica das relações humanas, ou seja, de sua serventia ao homem, portanto, deve produzir o resultado de promover a melhora de suas condições de vida. Com essa visão ontológica e ética das instituições, criticam os fundamentos epistemológicos da modernidade, evidenciando seus males, sobretudo seu intento de uniformizar e universalizar formas de viver e de conhecer o mundo. Concluem advogando pela sua utilização para viabilizar a emancipação e liberação do homem.

Sebastião Sérgio Silveira e Ricardo Reis Silveira, no artigo A prova eletrônica, novos desafios na busca da verdade real do processo discutem os arquivos eletrônicos e a falta de disciplina legal quanto à utilização de tais provas na persecução penal. Afirmam que, segundo o princípio da liberdade da prova, não há impedimento para a utilização de tais arquivos como provas inominadas, mas é necessária cautela na valoração desta prova, diante da possibilidade de adulteração ou supressão dela.

Fechando o número, Gabriel Rezende de Souza Pinto, em *Transition: Latin America and the quest for the question of sovereignty* discute a relevante questão referente às transições políticas na América Latina e a busca pela questão da soberania, nos estados.

Inverno de 2015.

Os Editores.